

Câmara aprova PL com reajuste de servidores

Motta cria GT para discutir reforma administrativa

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (21), o Projeto de Lei (PL) nº 1466/2025, que determina a reestruturação de carreiras e reajustes salariais de categorias dos servidores públicos. Apesar das críticas de parlamentares durante a sessão, o texto foi aprovado por ampla maioria na Casa, com 388 votos favoráveis e 43 contrários. Agora, a medida segue para ser apreciada no Senado Federal.

O PL 1466 substitui a Medida Provisória (MP) nº 1286/24, publicada no final do ano passado. Como o projeto substituiu a MP, ele foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em regime de urgência, com o mesmo prazo para ser aprovado. Com isso, a Câmara teve pressa em aprovar o projeto porque ele trancava a pauta de votações da Casa. Na mesma linha, o Senado Federal deverá acelerar a votação, já que tem somente até o dia 2 de junho para concluir.

O texto do relator da medida, deputado Luiz Gastão (PSD-CE), concede reajuste salarial em duas etapas, em 2025 e 2026, que varia de acordo com a categoria. O aumento salarial vale tanto para cargos efetivos quanto para cargos comissionados. Ele ainda determina um aumento diferenciado para cargos em comissão e funções de confiança, que irá variar entre 9% e 30%, dependendo do nível hierárquico. Vale destacar que, em 2023, o governo federal concedeu um reajuste de 9% para servidores públicos, mas não reajustou em 2024.

Segundo o deputado Rogério Correia (PT-MG), “um



Grupo de Trabalho discutirá questões que ficaram fora do relatório de Gastão

milhão e duzentos mil servidores terão algum tipo de reajuste” salarial e de carreira com a medida. De acordo com estimativas do governo federal, o impacto orçamentário será de R\$ 17,9 bilhões em 2025, R\$ 26,7 bilhões em 2026 e R\$ 29,1 bilhões em 2027.

Reforma

Um dos parlamentares contrários a medida, o deputado federal Zé Trovão (PL-SC) reiterou que não é contra o funcionalismo público, mas defendeu que a reestruturação de carreira deveria ser admitida através da reforma administrativa, e não por meio de projeto de lei. “Estamos entregando para o governo federal aquilo que ele bem entende e não estamos dando garantia nenhuma à população de que não haverá gastos públicos sem freios”, alegou o parlamentar.

“Eu não estou aqui para ser contra os servidores públicos. Mas o que nós temos que ter

é cuidado com o que nós estamos fazendo, da maneira que nós estamos agindo e o que nós estamos entregando. Aqui no papel está tudo muito bonito. Mas por que criar novas carreiras e novos cargos se nós temos pessoas dentro do setor público que estão largadas e poderiam ser designadas para funções novas? A máquina pública é cara”, questionou Zé Trovão.

GT

Diante desses questionamentos, o presidente Hugo Motta anunciou durante a sessão desta quarta-feira a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que elaborará um pacote alternativo de propostas sobre a reforma administrativa. Dentre as medidas, o que se pretende é incluir categorias que se reuniram com o Ministério da Gestão e Inovação de Serviços Públicos (MGI) para conseguirem um reajuste salarial, mas que ficaram de fora do PL 1466.

Receita

Os auditores-fiscais da Receita Federal e os analistas tributários da Receita, também devem ser incluídos na lista de carreiras que serão reestruturadas.

Como adiantado pelo Correio da Manhã, as categorias estão em greve há mais de 170 dias e, dentre as reivindicações, eles pedem reestruturação e carreira e reajuste salarial. Como adiantado pelo presidente do Sindireceita (Sindicato dos Analistas Tributários da Receita Federal), Thales Freitas, à reportagem, os servidores aguardam um encontro com o MGI para serem incluídos no PL 1466.

O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) fez duras críticas ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante sessão da Comissão de Finanças e Tributação. Para o parlamentar, o governo tem demonstrado grave negligência com os servidores da Receita.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Sóstenes diz temer que investigação vire pizza

CPMI: oposição tenta impedir governistas no comando

A oposição não quer deixar que um aliado do governo fique com a presidência ou a relatoria da CPMI do INSS. Para o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), a presença de governista num dos cargos destinaria a conclusão dos trabalhos para forno das pizzas. “CPI é instrumento de oposição”, ressalta.

Mas o Planalto não quer cometer o mesmo

erro de Jair Bolsonaro, que deixou nas mãos de dois senadores mais ligados à oposição o controle da CPI da Covid.

Pelo regimento, os ocupantes dos dois cargos são eleitos pelos integrantes do grupo, mas, na prática, eles são indicados, em caso de CPMI, pelos presidentes das duas casas, Davi Alcolumbre (União-AP), e Hugo Motta (Republicanos-PB).

Tabata

Pela regra de revezamento de cargos em CPMIs, a presidência deverá ficar com o Senado e a relatoria, com a Câmara. O governo quer emplacar neste cargo a deputada Tabata Amaral (PSB-SP), o que garantiria investigações também sobre fatos ocorridos sob Bolsonaro.

Calendário

O cargo de presidente também tem importância estratégica: cabe ao seu ocupante marcar depoimentos. Presidente da CPI do Golpe, o deputado Arthur Maia (União-BA) desmarcou o depoimento do general Braga Netto, que viria a ser preso, acusado de golpismo.



O líder do PP ficou de preparar alternativa

PL passa a bola da anistia para Dr. Luizinho, do PP

Por falar no Sóstenes: ele repassou para o líder do PP, Dr. Luizinho (RJ), a tarefa de preparar e apresentar um projeto alternativo para a anistia a acusados e condenados por golpismo.

Concluiu que, para viabilizar a proposta, seria melhor tirar o excessivo protagonismo do PL. Segundo Sóstenes, o colega

disse que se encarregará da tarefa.

Na última reunião de líderes, Motta criticou uma redação apresentada pelo PL, disse que seria derrubada pelo Supremo Tribunal Federal. A proposta focava nos participantes do 8 de Janeiro: eles deixariam de ser julgados ou de cumprir pena por tentativa de golpe de Estado.

Sem cadeia

O projeto não anistia os culpados por dano ao patrimônio público — que só poderiam ser condenados caso houvesse imagens que comprovassem sua participação nos atos. A pena para esse crime é menor, e não gera prisão. Na prática, todos seriam soltos.

Políticos

O líder do PL não gostou da decisão de Motta. Diz que deputados e senadores têm atuação política, e não jurídica, não podem legislar pensando no que o STF vai avaliar. Ressalta que um eventual veto da corte a uma lei de anistia representaria um ato político importante.

Com Bolsonaro

O brigadeiro Baptista Júnior, que ontem confirmou articulações golpistas de Jair Bolsonaro, não pode ser acusado de petista. Quando comandava a Aeronáutica, curtiu posts favoráveis à reeleição do então presidente e ao “voto auditável” — ou seja, impresso.

Vestiu amarelo

No dia da posse de Lula, publicou foto em que, vestido com a camisa amarela da seleção — símbolo apropriado por bolsonaristas —, mostrava o uniforme da FAB, que usaria pela última vez. Já na reserva, volta e meia reposta comentários críticos ao atual governo.

Baptista Júnior confirma ameaça de prisão a Bolsonaro

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

O ex-comandante da Aeronáutica brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior afirmou à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quarta-feira (21), que o então chefe do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, de fato chegou a ameaçar prender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) caso ele tentasse impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, vencedor das eleições de 2022.

A declaração foi dada durante audiência da Ação Penal 2668, que apura uma tentativa de golpe de Estado articulada nos últimos meses do governo Bolsonaro. Baptista Júnior prestou depoimento na condição de testemunha tanto da Procuradoria-Geral da República (PGR), autora da denúncia, quanto das defesas de alguns dos acusados.

Questionado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, o brigadeiro confirmou ter conhecimento da repercussão do depoimento de Freire Gomes na terça-feira (20), que negou ter dado voz de prisão a Bolsonaro. Ainda assim, reiterou que o general fez um alerta direto ao então presidente.

“Confirmo, sim senhor. Acompanhei antontem a repercussão [do depoimento de Freire Gomes]. Estava chegando de viagem. Freire Gomes é uma pessoa polida, educada,



Depoimento de Baptista Júnior complica Bolsonaro

não falou com agressividade, ele não faria isso. Mas é isso que ele falou. Com muita tranquilidade, calma, mas colocou exatamente isso: ‘Se fizer isso, vou ter que te prender’”, afirmou o ex-comandante da Aeronáutica.

Minuta do golpe

O brigadeiro também confirmou sua participação em uma reunião no Ministério da Defesa, em dezembro de 2022, durante a qual foi apresentado aos comandantes militares um rascunho de decreto que visava impedir a posse do presidente eleito, a chamada “minuta do

golpe”. O documento foi entregue pelo então ministro da Pasta, Paulo Sérgio Nogueira.

O brigadeiro relatou também que, ao perceber o conteúdo do documento, questionou o ministro sobre a possibilidade de ele barrar a posse de Lula. Após a confirmação de Nogueira, o brigadeiro diz ter se recusado a ler o texto, alegando que não aceitava nem mesmo recebê-lo, e decidiu deixar a sala imediatamente.

Na mesma ocasião, o então comandante da Marinha, almirante Almir Garnier, teria colocado as tropas à disposição para colaborar com a execução

do plano, segundo o depoente. Ao ser questionado pelo ministro Luiz Fux sobre o motivo da tentativa de golpe não ter avançado, o ex-comandante afirmou que não houve unanimidade das Forças Armadas para aderir à trama.

O brigadeiro também confirmou que Bolsonaro foi informado que não havia indícios de fraude nas eleições e tentou adiar a divulgação do relatório militar nesse sentido.

Núcleo duro

A Ação Penal 2668, em tramitação no STF, investiga o chamado “núcleo duro” da suposta trama golpista. Além de Bolsonaro, são réus o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira; o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; o candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, general Braga Netto; o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem; o ex-ministro da Justiça Anderson Torres; o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional Augusto Heleno; e o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid.

As audiências com depoimentos de testemunhas voltam na sexta-feira (23), com os depoimentos do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), ex-vice-presidente da República, e do atual comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen.